


## ■ DOSSIÊ - RELATOS DE EXPERIÊNCIA

### ■ As potencialidades da pesquisa nas práticas pedagógicas de prevenção à violência contra meninas, adolescentes e mulheres: reflexões para a formação continuada

*The potential of research in pedagogical practices to prevent violence against girls, adolescents and women: reflections for continuing education*

 Ivana Gonçalves de Oliveira \*  
Lili Machado \*\*  
Marina de Assis Mendonça \*\*\*  
Thais Freitas de Lima \*\*\*\*

**Resumo:** O texto apresenta o relato da experiência de uma ação de formação continuada intitulada *Maria da Penha vai à escola: Violência contra as mulheres*. No âmbito dessa formação, a proposta da Prática Reflexiva da Aprendizagem Desenvolvida (PRAD) possibilitou, por parte de três cursistas, a adoção de recursos de pesquisa na ação pedagógica. Busca-se refletir, a partir dessas experiências, sobre as possibilidades da proposta da PRAD fortalecer a pesquisa como princípio educativo, tanto em práticas pedagógicas realizadas com estudantes, como na utilização da pesquisa como recurso da prática docente. Além disso, busca-se evidenciar as potencialidades dessa abordagem para práticas de prevenção à violência contra meninas e mulheres no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Desigualdades de gênero. Violência de gênero. Pesquisa na educação básica. Lei Maria da Penha.

**Abstract:** This text presents an experience report of a continuing education program entitled *Maria da Penha goes to school: Violence against women (Maria da Penha vai à Escola: violência contra as mulheres, in Portuguese)*. Within the scope of this training, the proposal of the Reflective Practice of Developed Learning – PRAD, enabled three course participants to adopt research resources in their pedagogical activities. Aiming to reflect, based on these experiences, about the possibilities of PRAD's proposal to strengthen research as an educational principle, both in pedagogical practices carried out with students, and in the use of research as a resource for teaching practice. Furthermore, we seek to highlight the potential of this approach for practices to prevent violence against girls and women in the school context.

**Keywords:** Gender inequalities. Gender violence. Research in basic education. Maria da Penha Law.

---

\* Mestre em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciada em pedagogia pela USP. Professora da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: [ivana.oliveira@edu.se.df.gov.br](mailto:ivana.oliveira@edu.se.df.gov.br)

\*\* Graduada em Ciências Sociais pela UnB. Professora da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal. Contato [lili.machado@edu.se.df.gov.br](mailto:lili.machado@edu.se.df.gov.br)

\*\*\* Graduada em Letras pela Universidade Católica de Brasília. Professora da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: [marinaassismendonca@gmail.com](mailto:marinaassismendonca@gmail.com)

\*\*\*\* Graduada em Letras pela UNICEUB e Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz. Possui pós-graduação em psicometria pelo Instituto Brasileiro de Educação. Professora da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: [thais.lima1@edu.se.df.gov.br](mailto:thais.lima1@edu.se.df.gov.br)

## Introdução

O percurso formativo *Maria da Penha vai à escola: violência contra as mulheres* é uma das ações de formação que integra o projeto *Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência contra a mulher*, estabelecido por meio do termo de cooperação técnica TCT 02/2016, ratificado pelo TCT 05/2021<sup>1</sup>, a partir de uma iniciativa do Núcleo Judiciário da Mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (NJM/TJDFT) e que atualmente envolve diversos órgãos públicos e instituições.

A formação tem como objetivo promover ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra meninas, adolescentes e mulheres e é destinada a profissionais da educação e de toda a rede de proteção. É oferecida por meio da parceria entre a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação e o Núcleo Judiciário da Mulher (NJM/TJDFT).

O curso é oferecido desde o ano de 2016<sup>2</sup>. A partir do ano de 2023, a formação, agora intitulada percurso formativo, passou por algumas mudanças em relação as edições anteriores, pois houve um aumento da carga horária de 60 horas para 90 horas e da quantidade de encontros com interação simultânea. É realizado de forma híbrida, com encontros presenciais, síncronos e atividades na plataforma Moodle, um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A abordagem curricular da prevenção a essa forma de violência tem como base o artigo 8º da Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que destaca, como uma das diretrizes da política de enfrentamento à violência doméstica e familiar, o ensino de conteúdos relativos aos Direitos Humanos, a equidade de gênero e raça em todos os níveis de ensino. Também se ancora no artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e prevê a abordagem transversal dessa temática.

No âmbito do Distrito Federal, o fundamento encontra-se na Lei nº 5.806/2017 que dispõe sobre a valorização das mulheres e o combate ao machismo, na Lei nº 6.367/2019 que trata da inclusão de noções básicas da Lei Maria da Penha no currículo escolar do DF e nos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento (Distrito Federal, 2014) que reforçam a importância da abordagem da temática no processo educativo.

Nesse texto, serão relatadas duas ações realizadas, no âmbito desta formação, a partir da Prática Reflexiva da Aprendizagem Desenvolvida (PRAD)<sup>3</sup>, que utilizaram a pesquisa como instrumento de trabalho pedagógico. Nossa pretensão, nesse relato, não é fazer um detalhamento das práticas realizadas pelas cursistas e nem dos resultados alcançados nestas ações. O objetivo é abordar, na perspectiva da formação continuada, caminhos para que a proposta da PRAD possa fortalecer a dimensão da pesquisa no trabalho pedagógico.

Desta forma, busca-se evidenciar potencialidades da pesquisa como princípio educativo (Demo, 2006) para práticas de prevenção à violência contra meninas e mulheres. Primeiramente, será abordada a proposta da PRAD e sua relação com a perspectiva da pesquisa como princípio educativo, em seguida são descritas duas PRADs, realizadas no ano de 2023, que utilizaram recursos de pesquisa e, por fim, são apresentadas algumas reflexões no sentido de fortalecer a dimensão da pesquisa na formação continuada.

## A proposta da Prática Reflexiva da Aprendizagem Desenvolvida e a pesquisa na formação continuada

A Prática Reflexiva da Aprendizagem Desenvolvida (PRAD) foi elaborada pela EAPE a partir dos pressupostos teóricos das Diretrizes para Formação Continuada (Distrito Federal, 2018). A proposta se baseia no esforço de superação da dicotomia teoria e prática, por meio do estabelecimento da *práxis* como fundamento do trabalho educativo.

Teoria e prática articulam-se de modo que, com base na teoria, os profissionais possam entender as restrições impostas pela prática institucional e histórico-social ao ato educativo, de maneira que seja identificado o potencial transformador dessas práticas. A *práxis*, portanto, constitui-se na relação indissociável entre teoria e prática, ou seja, no contexto da prática e no contexto da teoria ao mesmo tempo. (Distrito Federal, 2019, p. 42).

De acordo com a Matriz da Formação Continuada da EAPE (Distrito Federal, s.d) documento norteador das ações da EAPE, a PRAD se fundamenta nos pressupostos da pedagogia histórico-crítica e se vincula às metodologias de pesquisa-ação, ao incentivar, tanto para formadores(as) como para docentes, a adoção de uma postura de pesquisa diante da própria prática.

No percurso formativo *Maria da Penha vai à escola: violência contra as mulheres*, no início das atividades, as/os cursistas são incentivados a preencher uma enquête inicial que tem como objetivo mapear o perfil da turma. Uma das questões levantadas é o contexto de atuação de cada cursista, e suas expectativas em relação ao curso, uma vez que a formação atende tanto profissionais da educação, como professores(as) das diversas etapas, orientadores educacionais e profissionais das equipes de apoio e em atividades de gestão, quanto profissionais da carreira assistência, como monitores educacionais e de outras funções. Além disso, atende profissionais de toda a rede de proteção, como saúde, assistência, segurança pública, entre outros.

Esse levantamento favorece o estabelecimento com cursistas da proposta da PRAD. A partir dos interesses demonstrados pelas/os cursistas, a formadora busca oferecer recursos pedagógicos que subsidiem as ações a serem realizadas. Para profissionais da educação, entre os diversos materiais sugeridos, temos o *Guia de Prevenção e Enfrentamento à violência contra meninas e mulheres: orientações para profissionais da educação*, publicado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Distrito Federal, 2020) e o *Tookit* (Kit de Ferramentas)<sup>4</sup> para profissionais da educação, elaborado pelo NJM/TJDFT.

A elaboração da PRAD é processual e as orientações para sua realização ocorrem ao longo do curso. Trata-se, portanto, de um instrumento que se ancora numa perspectiva de avaliação formativa (Villas Boas, 2014), na medida em que considera, principalmente, a construção de uma proposta que faça sentido no contexto de atuação de cada cursista. Ao final do curso, dois encontros são destinados para a partilha e reflexões das práticas realizadas. Esse tem sido um momento bastante rico de trocas e inspiração para outros desdobramentos em relação às propostas apresentadas.

Um desafio importante, nesse processo, tem sido o de articular o tempo da apropriação, por parte das/dos cursistas, das temáticas abordadas na formação, como tempo de planejamento e realização das propostas. Considerando essa dificuldade, a orientação tem sido para que as/os cursistas elaborem uma proposta inicial e, se possível, concretizem uma ou algumas das ações previstas para que tenhamos mais elementos, para além do planejamento, para refletir, de forma coletiva, sobre possíveis desdobramentos e continuidades. Nesse processo, cada contexto é único e precisa ser acompanhado de forma individualizada.

Ao criticar um ensino meramente reprodutivista, Demo (2018) defende a pesquisa como elemento intrínseco de uma proposta de educação emancipadora. De acordo com o autor, a pesquisa deve ser considerada tendo como base seu princípio educativo (Demo, 2006), considerando que “em termos cotidianos, pesquisa não é ato isolado, intermitente, especial, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido” (Demo, 2006, p. 16).

Ao refletir sobre a pesquisa na educação básica é necessário observar dois aspectos que se articulam: a constituição do(a)

professor(a) pesquisador(a), que utiliza esse curso para refletir sobre sua prática profissional e a aprendizagem por meio da pesquisa nas propostas pedagógicas realizadas com as/os estudantes. As práticas aqui relatadas possibilitam um olhar para esses dois aspectos e demonstram as potencialidades da pesquisa para as práticas de prevenção à violência de gênero.

## Pesquisa nos anos iniciais do ensino fundamental: refletir e desnaturalizar desigualdades e estereótipos

A primeira prática a ser relatada foi desenvolvida pela professora Thais Freitas de Lima, na Escola Classe Brochado da Rocha, em Sobradinho, no Distrito Federal, durante o percurso formativo realizado no 2º semestre de 2023. A atividade foi desenvolvida com uma turma de 5º ano do ensino fundamental e utilizou a pesquisa como forma de proporcionar uma reflexão sobre as relações de gênero com as crianças, abordando, de forma interdisciplinar, diversos componentes curriculares.

O primeiro passo foi a realização de um levantamento das diferentes vivências de meninas e meninos em seus contextos familiares e a percepção das crianças sobre si, sobre expectativas de futuro, sobre convivência e sobre de estereótipos de gênero. A proposta se baseou na pesquisa “Por ser menina no Brasil realizada pela organização “Plan Internacional Brasil”.<sup>5</sup> O questionário foi respondido por 22 crianças de 10 a 12 anos, sendo 14 meninos e 8 meninas.

Em seguida, a professora conduziu atividades de tratamento e análise da informação a partir dos dados levantados no grupo. O grupo de estudantes realizou o cálculo das porcentagens das respostas, de acordo com a variável gênero e, também, elaborou os gráficos das respostas de cada questão. O Quadro 1 apresenta as respostas de meninas e meninos para algumas das questões do questionário, informações registradas no formulário da PRAD.

Quadro 1 - Respostas dos(as) estudantes por gênero

Quadro 1: Respostas dos estudantes de acordo com o gênero		
Pergunta	Resposta das Meninas	Respostas dos Meninos
O seu tempo para brincar durante a semana é suficiente?	75% Responderam que sim	78,5 Responderam que sim
Você concorda que meninas só devem brincar de boneca e meninos de carrinho?	100% responderam que não	100% responderam que não
Você concorda que é feio ver meninas brincando com meninos?	100% responderam que não	100% responderam que não
Tem muitas brincadeiras de menino que meninas não devem brincar?	100% responderam que não	15% responderam que sim
Os direitos dos meninos e das meninas são iguais na prática?	87,5 responderam que não	42,86% responderam que não

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para concluir o trabalho, a professora realizou uma roda de conversa com a turma, na qual puderam refletir, a partir dos dados levantados, sobre as questões abordadas na pesquisa, como o trabalho de cuidado e as tarefas domésticas, as desigualdades e os estereótipos de gênero, além expectativas de futuro do grupo.

A prática realizada pela cursista demonstra a sua apropriação dos conteúdos abordados na formação, na medida em que sua proposta se volta para ações de prevenção que se pautam na importância da desnaturalização das desigualdades e desconstruções dos estereótipos que estão na base dos processos de violência de gênero. Além disso, permite vislumbrar as potencialidades do uso da pesquisa como princípio educativo desde os anos iniciais do ensino fundamental.

Ao considerar a pesquisa na educação básica, como recurso pedagógico, Oliveira (2021) afirma:

(...) as pesquisas não visam necessariamente à construção de novos conhecimentos científicos, mas de conhecimentos novos para os estudantes. Essa reconstrução própria dos conhecimentos já disponíveis na sociedade desperta a curiosidade, a atitude questionadora e propositiva, além da capacidade de problematização e intervenção na realidade (Oliveira, 2021, p. 10).

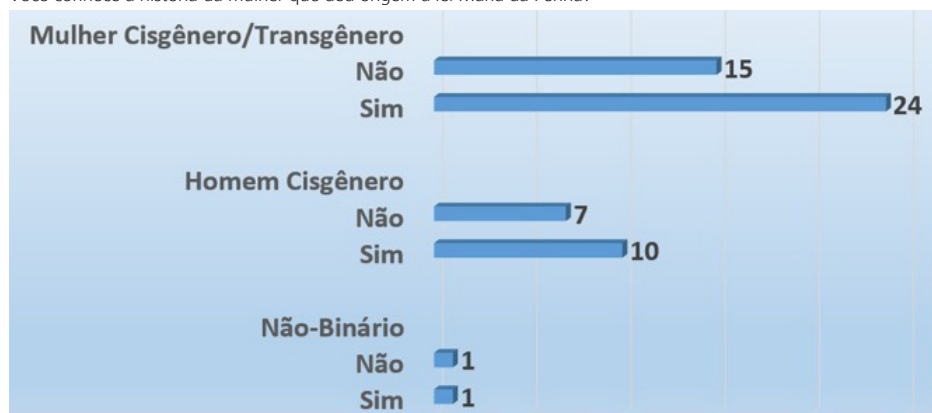
A pesquisa realizada pela professora possibilitou uma abordagem significativa e contextualizada da temática além de proporcionar uma aproximação com o processo de tratamento da informação, uma vez que eles foram os responsáveis pelos cálculos e produções de gráficos, proporcionando, para o grupo de estudante, um processo de letramento científico.

### Ensino médio: apreender as percepções das(os) adolescentes sobre violência contra as mulheres

A segunda prática realizada foi desenvolvida pelas cursistas Lili Machado e Marina Mendonça, do Centro Educacional CED Zumbi dos Palmares, em São Sebastião, no 1º semestre de 2023. A prática possibilitou uma sondagem inicial acerca

Gráfico 1 - Conhecimento sobre a Lei Maria da Penha

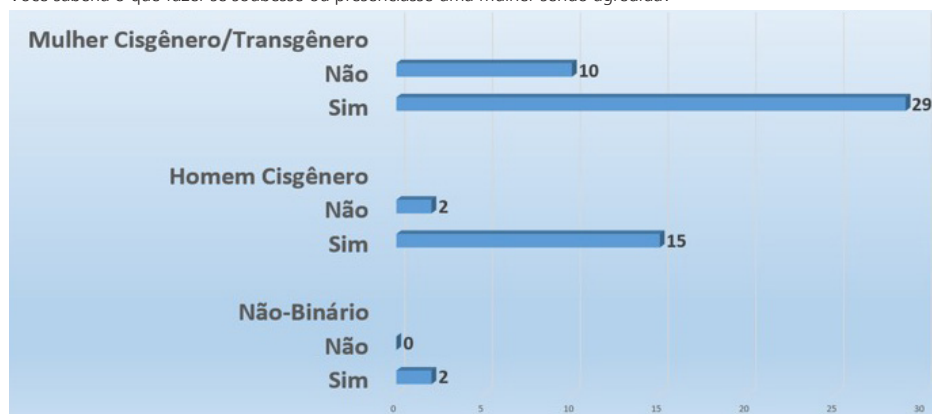
Você conhece a história da mulher que deu origem à Lei Maria da Penha?



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário.

Gráfico 2 - Conhecimento sobre a rede de apoio

Você saberia o que fazer se soubesse ou presenciasse uma mulher sendo agredida?



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do questionário.

do conhecimento de estudantes sobre a Lei Maria da Penha, suas percepções/opiniões sobre situações de violência contra as mulheres e o conhecimento das formas de buscar apoio neste tipo de situação. O questionário foi respondido por 58 estudantes de 1º e 2º ano do ensino médio. Os Gráficos 1 e 2 foram gerados a partir das respostas de duas das perguntas realizadas durante a prática.

O questionário subsidiou a dupla de docentes no planejamento de uma atividade realizada, posteriormente, em um dia previsto para reposição de dia letivo<sup>6</sup>. Assim, a pesquisa aparece como recurso para pensar a ação, aproximando-se da postura de professor-pesquisador, que

(...) é aquele que toma a sua realidade como objeto de pesquisa, problematizando-a, analisando-a, criticando-a e compreendendo-a com o objetivo de aperfeiçoá-la sempre que necessário. Nesse movimento, o professor une a teoria e a prática em seu cotidiano, identificando novos métodos, estratégias, teorias e recursos para o seu fazer docente (Oliveira, 2021 p. 12).

As docentes propuseram uma roda de conversa sobre assédio sexual e *cyberbullying*. A proposta considerou a necessidade de discutir o uso indevido de imagens (fotos

ou vídeos) postados ou não em rede social. Para isso as professoras iniciaram uma discussão acerca da objetificação de corpos femininos, particularmente estereótipos relacionados à hipersexualização de mulheres negras. A realização da atividade em uma data de reposição possibilitou uma atividade mais aberta, com participação de outras três professoras e uma coordenadora da escola, que não estavam envolvidas no planejamento da atividade.

No registro da prática realizada, as professoras responsáveis trouxeram como reflexões da atividade o envolvimento das estudantes em discutir a temática, abordando o pouco espaço para as discussões sobre violência, assédio e cultura machista no ambiente escolar. Registraram também a reflexão proporcionada pelas estudantes, que questionaram a necessidade de abordar a temática com os garotos.

### Considerações finais

Como buscamos demonstrar nesse relato, as práticas pedagógicas que se baseiam na pesquisa possuem muitas potencialidades para ações educativas de prevenção à violência de gênero. Na prática realizada com anos iniciais, a pesquisa possibilitou o levantamento de dados significativos para a turma, capazes de subsidiar discussões que permitem a problematização das desigualdades. Na prática realizada com o ensino médio, a pesquisa possibilitou que as docentes tivessem uma visão mais sistematizada acerca do conhecimento dos(as) estudantes sobre a Lei Maria da Penha e suas percepções sobre a violência de gênero, favorecendo o planejamento de ações de intervenção.

A proposta da PRAD como instrumento avaliativo na formação continuada se mostra como um recurso capaz de gerar a construção de saberes significativos para as(os) profissionais, com a possibilidade de fortalecer a pesquisa como princípio educativo na educação básica.

Ainda assim, é importante considerar que parte dos(as) profissionais tenham pouca proximidade com esse tipo de recurso, sendo necessário pensar como instrumentalizá-los para que possam considerar a dimensão da pesquisa em suas PRADs, o que constitui um desafio diante do período da formação que já aborda uma quantidade extensa de conteúdos.

Adotar um olhar de pesquisa para as práticas reflexivas apresentadas pelas cursistas é um passo importante no fortalecimento da dimensão da pesquisa como prática educativa, pois permite um olhar analítico acerca da formação continuada que potencializa o processo de ação-reflexão-ação por meio da pesquisa.

A sistematização do processo, por meio da publicação, também tem um papel essencial, pois resulta em produto que também serve de subsídio para as próximas formações, fortalecendo o tripé formação-pesquisa-publicação. Neste sentido, para a Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal contar com um período científico voltado para a pesquisa na educação básica, que é a Revista Com Censo, é um fator fundamental para o fortalecimento da dimensão da pesquisa como princípio educativo, tanto no âmbito da escola, como das ações de formação continuada.

Espera-se que esse relato possa incentivar professores(as), ainda pouco familiarizados com as possibilidades da pesquisa, a se apropriarem desse recurso em sua prática profissional. ■

### Notas

- <sup>1</sup> O termo de cooperação está disponível em: [2021\\_22\\_integraconvenio.pdf](#) (mpdft.mp.br)
- <sup>2</sup> No âmbito do programa, também é oferecida a formação Maria da Penha vai à escola: abordagem técnica das situações de violência sexual. Em 2024, o curso estava na sua 10ª edição.
- <sup>3</sup> Conforme a Matriz de Formação Continuada da EAPE, a Prática Reflexiva da Aprendizagem Desenvolvida (PRAD) constitui-se “em uma proposta de aplicação das aprendizagens apreendidas no contexto em que a/o cursista está inserido, sob orientação do professor formador da EAPE, com vistas a superar a(s) problemática(s) encontrada(s) em seu cotidiano profissional, por ele identificada(s) por meio da dialética reflexão-prática-avaliação-reflexão, a fim de contribuir para a melhoria das aprendizagens” (Distrito Federal, 2024, p. 36).
- <sup>4</sup> Toolkit significa Kit de Ferramentas. O referido documento apresenta propostas e recursos didáticos para professores(as) e está disponível em: [toolkit-para-profissionais-da-educacao-mpve.pdf](#) (tjdft.jus.br).
- <sup>5</sup> O relatório dessa pesquisa encontra-se disponível em: [1-por\\_ser\\_menina\\_resumoexecutivo2014.pdf](#) (primeirainfancia.org.br), acessado em 2/6/2024.
- <sup>6</sup> No primeiro semestre de 2023, a categoria de professores(as) da rede pública do Distrito Federal esteve em greve por 22 dias. Após a suspensão da greve, foi acordado um calendário de reposição dos dias letivos. Para mais informações, acesse: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/05/25/professores-do-df-suspendem-greve-categoria-diz-que-negociacao-com-governo-continua.ghtml>.

## Referências

- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para combater a violência contra a mulher [...]. Diário Oficial da União, 8 ago. 2006, p. 1, col. 1, Brasília, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 1996, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1, 1996.
- DEMO, Pedro. **Atividades de aprendizagem:** sair da mania do ensino e comprometer-se com a aprendizagem do estudante. [recurso eletrônico] Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul, 2018.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2006.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 5.806, de 26 de janeiro de 2017.** Dispõe sobre a valorização das mulheres e combate ao machismo na rede pública de ensino do distrito federal. Diário Oficial do Distrito Federal, nº 20, Seção 1, 2 e 3. 27 jan. 2017, Brasília, 2017.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.367, de 28 agosto de 2019.** Dispõe sobre a inclusão do ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha. Sistema Integrado de normas jurídicas do DF. Diário Oficial do Distrito Federal, nº 169, Seção 1, 2 e 3. 5 set. 2019, Brasília, 2019.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Prevenção e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres:** guia com orientações para profissionais da educação. 2020. Disponível em: [https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/guia\\_prevencao\\_mulheres\\_31.03.20.pdf](https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/guia_prevencao_mulheres_31.03.20.pdf). Acesso em: 2 jun. 2024.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica:** pressupostos teóricos. Brasília, 2014.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.** Disponível em: [https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Diretrizes-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-Continuada\\_05fev19.pdf](https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Diretrizes-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-Continuada_05fev19.pdf). Acesso em: 2 jun. 2024.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Matriz de Formação Continuada da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Distrito Federal.** Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação. Disponível em: <https://www.eape.se.df.gov.br/matriz-de-formacao-continuada/>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- OLIVEIRA, Márcia de Martis de. [Entrevista] Pesquisar na educação básica: a experiência do colégio Pedro II. A importância da pesquisa para a educação básica. **Revista Com Censo:** Estudos Educacionais do Distrito Federal, v. 8, n. 3, p. 10-12, ago., 2021.
- VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Avaliação para aprendizagem na formação de professores. **Cadernos de Educação.** CNTE, Brasília, n. 26, p. 57-77, jan./jun., 2014.